



### Gabarito - Assessor Jurídico

1 – O Código de Menores do ano 1979 (Lei. 6.697/79), tinha como fundamento a Doutrina da Situação Irregular do menor. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (Lei. 8.069/90), este teve como fundamento a Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente. Explique a diferença entre as doutrinas acima mencionadas.

Situação Irregular – A competência do Juiz de Menores, só abrange “menores” em situação irregular, ou seja, abandonados, praticando delitos, mendigando, vítimas de maus tratos e órfãos sem família. O “menor” é objeto de direitos. Caráter punitivo.

Doutrina da Proteção Integral, a proteção abrange todas as crianças e adolescentes indistintamente. Crianças e Adolescentes são sujeitos de direitos. Caráter protetivo e assistencial.

2 – Com a Doutrina da Proteção Integral, preconizada pela Constituição Federal (art.227, *caput*) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º), a criança e o adolescente passaram à condição jurídica de sujeitos de direito. Explique o que significa ser sujeito de direitos e qual a diferença no que tange à Doutrina da Situação Irregular.

Ser sujeitos de direitos é ser destinatários de direitos e poder exercê-los em nome próprio. Na Situação Irregular, o “menor” é objeto de direitos, e não destinatário de direitos.

3- Discorra sobre a Teoria da Proteção Integral conforme a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A Teoria da Proteção Integral é um marco fundamental na abordagem dos direitos das crianças e dos adolescentes, consagrado na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta abordagem representa um avanço significativo na concepção e na garantia dos direitos infantojuvenis, reconhecendo as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos em sua plenitude, e não como meros objetos de proteção. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

4 – Maria, de 12 anos completos, namora João, de 18 anos, ambos tiveram relações sexuais, consentida por Maria. A mãe de Maria, ao saber do fato, levou o caso ao Conselho Tutelar da localidade e os Conselheiros entenderam não ter havido violência ou qualquer violação aos direitos de Maria, uma vez que esta consentiu com a referida relação sexual. Responda se o entendimento dos Conselheiros Tutelares foi correto. Justifique.

O entendimento dos Conselheiros Tutelares está incorreto, uma vez que a conduta de João está tipificada como crime de Estupro de Vulnerável, haja vista que Maria conta com menos de quatorze anos.

5 – Mário, de 15 anos de idade, e seu amigo Miguel de 10 anos de idade, entraram no Supermercado Rio de Janeiro e subtraíram 10 potes de iogurte, 5 pacotes de biscoito e 2 litros de leite. Quando estavam saindo do estabelecimento comercial foram surpreendidos pelos seguranças do supermercado e conduzidos às autoridades competentes. Assinale Verdadeiro ou Falso, no que tange às medidas aplicáveis ao caso.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS – SEDSODH  
FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
DIRETORIA DE PROMOÇÃO SOCIAL



(F) Medida socioeducativa para Miguel

(V) Medida Protetiva para Mário

(F) Medida socioeducativa para Mario e Miguel

(V) Medida protetiva e socioeducativa para Mário

a) F - F - F - V

(X) F - V - F - V

(c) V - V - F - V

(d) V - F - F - V